

1. Contexto operacional

A Whirlpool S.A. (doravante denominada Companhia ou Whirlpool) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa (sob códigos de negociação WHRL3 e WHRL4).

No Brasil, possui quatro unidades fabris e dois centros de distribuição. No exterior, possui duas unidades fabris na China, e um centro de distribuição na Argentina. Possui escritórios na Argentina, Chile, Peru e Estados Unidos.

A Whirlpool S.A. e suas controladas têm por objeto social:

- a) A industrialização, a comercialização, a importação, a exportação, a comissão, a consignação e a representação de:
 - i. produtos metalúrgicos, químicos, elétricos e eletrônicos, produtos alimentícios e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, tais como, mas não limitados a: refrigeradores, congeladores, refrigeradores-congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricantes de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e
 - ii. compressores herméticos para refrigeração, motores elétricos; e
 - iii. máquinas, equipamentos, ferramentas, fundidos, componentes, peças, matérias-primas, insumos e óleo lubrificante acabado necessários à fabricação e venda dos produtos das Companhias.
- b) A prestação de serviços de manutenção, de instalação e assistência técnica, e de desenvolvimento de projetos relacionados aos produtos acima especificados.
- c) A compra e venda no mercado nacional de produtos adquiridos de terceiros, inclusive com a finalidade de realizar exportação para qualquer país.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2013.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, exceto pela mensuração e registro dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo a *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, cuja participação percentual detida na data do balanço é como segue:

	Participação no capital social (%)				
	País sede	2012		2011	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	Brasil	99,43	-	99,43	-
Consórcio Nacional Brastemp Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	China	66,92	-	66,92	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances Co. Ltd.	China	100,00	-	100,00	-
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	Uruguai	100,00	-	100,00	-
Embraco North America, Inc.	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00
Latin America Warranty S.A.	Argentina	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Argentina S.A.	Argentina	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Puntana S.A.	Argentina	-	99,95	-	99,95
Whirlpool Chile Ltda.	Chile	99,99	0,01	99,99	0,01
Whirlpool Peru	Peru	-	100,00	-	100,00
Mlog Armazém Geral Ltda.	Brasil	100,00	-	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação--Continuação

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas a participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com a exceção das diferenças geradas por empréstimos em moeda estrangeira, relativas a um *hedge* efetivo contra investimentos líquidos em uma operação no exterior. Quando existem, essas diferenças são lançadas diretamente no patrimônio líquido até a alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nestes empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Conversão de moeda estrangeira--Continuação

i. Transações e saldos--Continuação

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

ii. Empresas do grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4 Contas a receber, líquidas

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda do valor recuperável – créditos de liquidação duvidosa, se necessária. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para perda do valor recuperável é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e das suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas a investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado, e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas, quando aplicáveis:

Impostos e Contribuições	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISS	5,00%
ICMS (Estado de São Paulo e Santa Catarina)	18% e 17% respectivamente
ICMS - operação interestadual *	12,00%
ICMS - operação interestadual **	7,00%
ICMS - operação SP x SP ***	7,00% Fogões / 7,00% Lavadoras / 7,00% Secadoras
IPI (incidência por categoria de produto) ****	4,00% Fogão / 5,00% Fogão Elétrico / 15,00% Refrigeração / 20,00% Lavanderia
INSS*****	1%
* ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Sul/Sudeste com exceção do Estado de Espírito Santo que se enquadra na alíquota da operação discriminada abaixo	
** ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Norte e Nordeste	
*** ICMS - operações dentro do estado de São Paulo com os produtos listados acima com base reduzida com a carga tributária de 7% (Base Legal. Decreto 56.874/2011 e 56.893/2011)	
**** IPI – Redução entre 01/12/2011 e 31/12/2012, apenas para produtos com classificação energética classe A. (Base Legal Decreto Nº.7.631/2011,Decreto Nº 7.660/2011,Decreto 7.663/2011, Decreto 7.770/2011, Decreto 7.879/2012,que reduz as alíquotas de IPI dos produtos acima).	
Refrigerador – de 15% para 5%	
Fogão (sem grill) – de 4% para zero.	
Lavadora de roupa – de 20% para 10%	
Tanquinho - de 10% para zero.	
Freezers (capacidade inferior a 400L) – de 15% para 5%	

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

***** Contribuição para o INSS - desoneração da folha de pagamentos - A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, dentre outras alterações, desonerou a folha de pagamentos das empresas de diversos setores, modificando a base de cálculo do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), passando esse a incidir sobre a receita de alguns produtos beneficiados pela alíquota de 1%, a partir de agosto de 2012, o qual incidia anteriormente sobre a folha de pagamentos da Companhia pela alíquota de 20%. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS, quando aplicável e enquadrado nesta lei, passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das informações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

2.7 Subvenções governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pela Secretaria do Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN) e de que serão auferidas. Os benefícios, substancialmente da controlada Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A., são: (i) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de nove anos, calculado sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionadores de ar de janela ou de parede de corpo único e fornos de micro-ondas, a partir do ano calendário 2004; (ii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de fornos de micro-ondas (projeto de ampliação), a partir do ano calendário 2008; (iii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionador de ar de janela ou de o parede com mais de um corpo *split system*, a partir do ano calendário 2009; (iv) crédito estímulo de 55% para fornos de micro-ondas e 100% para aparelhos condicionadores de ar tipo janela ou parede de corpo único e condicionador de ar com mais de um corpo *split system*, sobre o valor apurado a título do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), até 5 de outubro de 2023; (v) isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e redução de 88% do Imposto de Importação sobre os insumos destinados à industrialização. Esses benefícios fiscais referem-se à redução de despesas e, portanto, são registrados como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Caso aplicável, o valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear, exceto para o grupo de máquinas e equipamentos, ao longo da vida útil do ativo, há taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Taxas médias de depreciação anuais	
Edifícios	
Estruturas	2,50%
Benfeitorias	5%
Coberturas	6,67%
Instalações	6,67%
Máquinas e equipamentos	Unid. produzidas
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Informática	20%
Demais bens	10%
Imobilizado em andamento	n/a

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com sua alienação.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, quando aplicável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Intangível--Continuação

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos anualmente; e (vi) capacidade para usar ou vender o ativo intangível.

Patentes e licenças de software

As patentes foram concedidas para um período de 10 anos pela agência governamental competente com a opção de renovação no final do referido período. Licenças para o uso de propriedade intelectual são concedidas por períodos de 5 anos.

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Provisões--Continuação

Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais e administrativas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação

a) As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembléia Geral.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento às normas contábeis.

c) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina fundos de pensão de benefícios pós emprego (Nota 18) e assistência médica (Nota 19). As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registrados pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

A Companhia opera planos de benefícios definidos de pensões que exigem contribuições a serem efetuadas aos fundos administrados separadamente, bem como os planos de pensões de contribuição definida.

O custo de proporcionar os benefícios no âmbito dos planos de benefício definido é determinado separadamente para cada plano, usando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais de planos de benefícios definidos são reconhecidos na íntegra, no exercício em que ocorrem em outros resultados abrangentes. Tais ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em lucros acumulados e não são reclassificados para o resultado em exercícios seguintes. Os custos dos serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de benefícios definidos correspondem ao valor presente da obrigação de benefícios definidos, menos os custos do serviço passado e menos o valor justo dos ativos do plano a partir dos quais as obrigações devem ser liquidadas. Ativos do plano são os ativos que são detidos por um fundo de longo prazo do benefício do empregado ou apólices de seguro elegíveis. Os ativos do plano não estão disponíveis para os credores da Companhia, nem podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo é baseado em informações de preços de mercado e, no caso dos títulos cotados, é o preço da oferta publicada. O valor de qualquer ativo de benefícios definidos reconhecido se restringe à soma de todos os custos do serviço passado e ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Remuneração com base em ações

A Whirlpool Corporation, controladora da Whirlpool S.A., opera dois planos de remuneração com base em ações, ambos liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da matriz. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

- c) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria.
- d) Disponíveis para venda: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias 2.14a. a 2.14c. acima. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *Hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os passivos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam perdas.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

- b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos classificados nessa categoria.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não efetuaram reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros.

Operações de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos, transações altamente prováveis ou investimentos líquidos em operações no exterior, e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%); (ii) possuir identificação documental da operação, do risco objeto de *hedge*, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e (iii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de *hedge* de acordo com sua natureza, quais sejam:

- Como *hedge* de valor justo são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Como *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar variações no fluxo de caixa futuro estimado da entidade. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva de ganho ou perda com o instrumento de

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Operações de *hedge*--Continuação

hedge é reconhecida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido; e (ii) a parcela não efetiva do ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.15 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os grupos de ativo não circulante classificados como bens destinados a venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos para vender. Os grupos de ativo não circulante são classificados como destinados a venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

Uma vez classificados como destinados a venda, os ativos não são depreciados ou amortizados, mas sim avaliados para determinar se há perda no seu valor recuperável.

2.16 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Reconhecimento de receitas--Continuação

todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Pelas análises e julgamentos efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros.

2.19 Investimentos em sociedades controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, sendo contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária no resultado da controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Investimentos em sociedades controladas – continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.20 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais estão disponíveis as informações financeiras individuais ou separadas, as quais são revisadas pelo gestor da entidade que é responsável pela tomada de decisões operacionais e estratégicas, de forma individual ou em grupo, incluindo decisões sobre alocação de recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

A Whirlpool S.A. é uma entidade legal que faz parte do consolidado da América Latina da Whirlpool Corporation, na qual o tomador de decisão gerencia a região como um todo. Devido ao fato de que as decisões são tomadas com base no resultado do consolidado da América Latina, não são preparadas informações individuais por sociedade, produto ou outra segmentação para que o tomador de decisão as revise regularmente e, portanto, não há decisões sobre os recursos a serem alocados a segmentos distintos da Companhia em conformidade com o CPC 22 (IFRS 8). Desta forma, informações por segmento não são fornecidas.

2.21 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro 2012-- Continuação

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2012, e serão aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS 9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro 2012-- Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração--Continuação

A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, que compreenderá todas as fases.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em relação aos pronunciamentos IFRS 7 (R) – Instrumentos Financeiros: Divulgação, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 32 (R) – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros, IFRS 1 (R) – Adoção Inicial das IFRS, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo e IAS 28 (R) – Investimentos em Coligada e em Controlada, que foram emitidos (novos pronunciamentos) e/ou revisados pelo IASB anteriormente à 2012 e cujas aplicações passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia avaliou que a adoção destes pronunciamentos não terá impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Julgamentos--Continuação

contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Benefícios de aposentadoria--Continuação

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os

dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido as incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

4. Despesas por Natureza

As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custos de matérias-primas e materiais indiretos	3.705.425	3.049.151	4.765.624	3.859.887
Outros custos	528.608	421.545	1.057.515	799.531
Outras despesas e receitas (i)	298.982	1.032.263	373.056	1.200.410
Depreciação e amortização	129.281	122.177	158.014	155.477
Despesas com pessoal	1.098.671	976.320	1.232.167	1.089.708
	5.760.967	5.601.456	7.586.376	7.105.013
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	4.943.351	4.317.720	6.584.815	5.649.872
Despesas com vendas e distribuição	430.225	324.853	546.130	423.228
Despesas administrativas	294.180	227.157	350.587	268.728
Outras despesas operacionais, líquidas (i)	93.211	731.726	104.844	763.185
	5.760.967	5.601.456	7.586.376	7.105.013

(i) A redução na rubrica de Outras despesas operacionais, líquidas está relacionada ao fato mencionado na Nota 15 (a).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	32.032	31.099	251.630	163.554
Certificados de depósitos bancários	96.748	165.360	125.931	501.538
	128.780	196.459	377.561	665.092

Os equivalentes de caixa são integralmente compostos por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs de bancos de primeira linha indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDIs. As taxas pactuadas remuneravam esses investimentos em aproximadamente 97,0% a 100,5% das taxas dos respectivos CDIs, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento.

6. Contas a receber, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Clientes nacionais	446.207	405.706	1.095.750	837.247
Clientes no exterior	212.487	165.906	238.973	192.583
Saques cambiais de exportação	(178.037)	(140.240)	(178.037)	(140.240)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.426)	(17.575)	(29.765)	(25.185)
Ajuste a valor presente	(5.089)	(6.062)	(15.154)	(13.358)
	456.142	407.735	1.111.767	851.047

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes nacionais e no exterior, por idade de vencimento, em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer	590.510	500.563	1.217.022	898.140
Títulos Vencidos				
de 1 a 60 dias	43.113	35.746	77.708	70.987
de 61 a 180 dias	9.465	22.998	14.039	40.672
de 181 a 360 dias	7.972	4.649	12.241	8.668
mais de 360 dias	7.634	7.656	13.713	11.363
	658.694	571.612	1.334.723	1.029.830

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	17.575	13.639	25.185	19.335
Complemento de provisão no exercício (+)	9.541	8.586	15.824	13.830
Valores baixados da provisão (-)	(7.690)	(4.650)	(11.244)	(7.980)
Saldo no final do exercício	19.426	17.575	29.765	25.185

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados (ao custo ou valor realizável)	184.682	190.568	362.547	367.886
Matérias-primas e componentes (ao custo)	200.765	176.539	308.493	249.128
Importações em andamento e outros (ao custo)	147.134	115.673	261.381	221.103
Provisão para perdas	(5.668)	(5.705)	(12.785)	(9.517)
Ajuste a valor presente	(10.719)	(16.173)	(23.090)	(22.751)
Total dos estoques ao custo ou valor realizável, dos dois o menor	516.194	460.902	896.546	805.849

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2011	5.630	9.916
(+) Complemento de provisão no exercício	5.672	8.321
(-) Valores baixados da provisão	(5.597)	(8.650)
Ajustes de conversão	-	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.705	9.517
(+) Complemento de provisão no exercício	9.255	14.251
(-) Valores baixados da provisão	(9.292)	(10.936)
Ajustes de conversão	-	(47)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.668	12.785

A Companhia não possui estoques oferecidos como garantia de processos judiciais.

8. Impostos a recuperar e antecipados

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IRPJ antecipado	19.200	15.154	22.887	20.696
Contribuição social antecipada	-	10.514	-	11.804
ICMS a compensar	52.294	14.195	82.186	38.763
IPI a compensar	5.043	7.971	5.052	8.005
COFINS a compensar	3.660	8.275	3.763	8.767
PIS a compensar	958	6.954	980	7.068
IRRF a compensar	8.322	30.143	24.090	56.966
REINTEGRA a compensar (i)	9.848	2.635	9.848	2.635
Outros	4.209	291	10.741	2.541
	103.534	96.132	159.547	157.245
Ativo circulante	75.331	68.295	130.770	128.942
Ativo não circulante	28.203	27.837	28.777	28.303

- (i) REINTEGRA -Regime especial de reintegração de valores tributários para as empresas exportadoras, é um incentivo fiscal para as pessoas jurídicas produtoras que efetuem exportações de bens manufaturados constantes do Anexo Único ao Decreto 7.633/2011, poderá apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente o resíduo tributário existente na sua cadeia de produção.

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda diferido ativo sobre:				
Prejuízos fiscais	64.101	104.474	73.329	117.076
Provisões temporariamente não dedutíveis	137.208	115.987	164.324	138.742
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	2.229	11.240	7.035	12.222
Plano de previdência privada e de assistência médica	25.014	15.800	25.014	15.800
Total imposto de renda diferido	228.552	247.501	269.702	283.840
Contribuição social diferida ativa sobre:				
Bases negativas	23.599	38.061	26.351	42.546
Provisões temporariamente não dedutíveis	49.649	42.151	54.817	46.624
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	803	4.047	1.193	4.400
Plano de previdência privada e de assistência médica	9.005	5.688	9.005	5.688
Total contribuição social diferida	83.056	89.947	91.366	99.258
Ativo fiscal diferido	311.608	337.448	361.068	383.098
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:				
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	(14.283)	(16.912)	(14.283)	(17.052)
Outros	(7.101)	-	(7.101)	-
Passivo fiscal diferido	(21.384)	(16.912)	(21.384)	(17.052)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquido	290.224	320.536	339.684	366.046

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral destes créditos é de até 4 anos.

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos-- Continuação

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Variação no:				
Imposto de renda corrente	(87.223)	91	(134.398)	(25.794)
Imposto de renda ajuste exercício anterior	-	(131)	-	(1.960)
Imposto de renda diferido	(21.329)	50.229	(24.631)	54.000
Incentivo fiscal	-	-	-	6.564
Imposto de renda corrente e diferido	(108.552)	50.189	(159.029)	32.810
Variação na:				
Contribuição social corrente	(33.511)	233	(39.331)	(3.408)
Contribuição Social ajuste exercício anterior	-	(22)	-	(22)
Contribuição social diferida	(7.750)	18.806	(8.750)	17.931
Contribuição social corrente e diferida	(41.261)	19.017	(48.081)	14.501

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado contábil antes dos impostos	756.080	756.080	299.472	299.472
Juros sobre o capital próprio	(74.035)	(74.035)	-	-
	682.045	682.045	299.472	299.472
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(183.196)	(183.196)	(102.628)	(102.628)
Ajuste preço de transferência	2.896	2.896	5.690	5.690
Créditos – Prêmio de IPI	(76.180)	(76.180)	(439.192)	(439.192)
Pagamento baseado em ação	9.955	9.955	5.184	5.184
Outras	(1.312)	22.932	30.194	19.933
Base de cálculo	434.208	458.452	(201.280)	(211.541)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Sub total	(108.552)	(41.261)	50.320	19.039
Ajuste exercício anterior	-	-	(131)	(22)
Total	(108.552)	(41.261)	50.189	19.017

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--

Continuação

A conciliação dos tributos lançados aos resultados não está sendo apresentada na forma consolidada em virtude de determinadas empresas controladas estarem sujeitas a diferentes alíquotas de imposto de renda vigentes nos respectivos países onde as empresas operam.

10. Partes relacionadas

A empresa holding Whirlpool do Brasil Ltda., detém o controle da Companhia com 50,25% do capital. Indiretamente, a Whirlpool S.A tem como sua investidora final a Whirlpool Corporation, com sede nos Estados Unidos da América.

A Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações tanto operacionais quanto financeiras com suas partes relacionadas.

As transações operacionais possuem uma política global determinada por sua matriz que estabelece prazos e datas específicas para pagamentos e recebimentos.

As transações financeiras são definidas pela tesouraria da Companhia após análise e estudo da melhor opção de financiamento entre as partes relacionadas, e aprovadas pela Diretoria.

Os mútuos entre empresas relacionadas foram firmados com a finalidade de financiar o capital de giro necessário a manutenção das operações das empresas mutuárias. O grupo adota, para estas operações, taxas de juros e condições praticadas no mercado de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

10. Partes relacionadas--Continuação

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Controladoras				
Whirlpool do Brasil Ltda.	182.622	260.210	182.622	260.210
Whirlpool Canada Holding Company	1.240.591	765.714	1.240.591	765.714
Whirlpool Corporation	2.064	2.240	170.899	77.849
Controladas				
Embraco North America	206.589	130.696	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda.	199.941	30.908	-	-
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	33.715	142.344	-	-
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	10.213	20.863	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	16.106	1.885	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	189.241	43.437	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd.	20.573	18.171	-	-
Whirlpool Peru	447	3.839	-	-
Outros	-	825	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Europe	83.235	18.750	104.150	27.775
Whirlpool China Investment Co. Ltd	226	-	26.458	-
Whirlpool Of India Ltd	2.846	2.223	3.261	3.147
Whirlpool Europe Srl	1.877	1.755	1.877	1.755
Whirlpool Southeast Asia Pte	12	145	12	145
Embraco Slovakia S.R.O.	3.039	3.460	3.086	3.512
Whirlpool Mexico	22	69	22	69
Outras	14.529	10.759	15.804	26.132
Total	2.207.888	1.458.293	1.748.782	1.166.308
Ativo circulante	2.015.354	1.174.204	1.566.160	906.132
Ativo não circulante	192.534	284.089	182.622	260.176

10. Partes relacionadas--Continuação

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Controladoras				
Whirlpool Corporation	3.985	10.521	7.084	12.607
Controladas				
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	402.515	102.245	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	366.297	116.303	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda	173.912	40.812	-	-
Embraco North America	11.628	11.259	-	-
EECON China	17	-	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	89	8.837	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	11	-	-	-
Outros	-	115	-	-
Outras partes relacionadas				
Brasmotor S.A.	20.447	12.674	20.447	12.674
Whirlpool Comercial Ltda	20.724	15.187	20.724	15.188
Embraco Europe	6.374	30	19.500	4.021
Embraco Slovakia S.R.O.	2.767	6.665	2.792	6.665
Whirlpool Europe Srl	1.475	3.689	1.862	4.258
Whirlpool Of India Ltd	129	-	129	-
Whirlpool Polska	1.345	-	1.345	-
Whirlpool China Investment Co. Ltd	278	-	681	-
Outras	2.241	3.754	2.556	6.980
Total	1.014.234	332.091	77.120	62.393
Passivo circulante	221.616	211.430	35.997	34.531
Passivo não circulante	792.618	120.661	41.123	27.862

10. Partes relacionadas--Continuação

	Vendas			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Controladoras				
Whirlpool Corporation	1.855	3.304	107.339	81.640
Controladas				
Embraco North America	279.185	262.097	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda	321.836	245.014	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	53.344	57.945	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	6.569	7.913	-	-
Whirlpool Peru	1.298	1.089	-	-
Whirlpool Chile Ltda	2.167	2.452	-	-
EECON China	434	-	-	-
Outros	-	1.004	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Europe	152.059	142.755	230.007	168.312
Embraco Slovakia S.R.O.	18.332	14.844	21.846	15.663
Whirlpool Europe Srl	6.858	13.981	6.858	13.981
Maytag Sales Corp US	11.012	8.274	11.012	8.274
Embraco Luxemburgo	16.165	-	16.218	-
Whirlpool Overseas Manufacturing	-	-	46.974	35.829
Industrias Acros Whirlpool	1.242	701	76.527	66.738
Outras	5.150	19.639	7.275	27.613
	877.506	781.012	524.056	418.050

	Compras e serviços contratados			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Controladoras				
Whirlpool Corporation	41.153	16.849	41.153	16.849
Controladas				
MLOG Armazém Geral Ltda	176.608	134.002	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Slovakia S.R.O	9.518	15.723	9.518	15.723
Embraco Europe Srl	-	-	89.570	61.849
Whirlpool Europe s.r.l.	9.459	7.912	9.459	7.912
Whirlpool Norrkooping	2.826	2.176	2.826	2.176
Whirlpool Polska	3.724	84	3.724	84
	243.288	176.746	156.250	104.593

10. Partes relacionadas--Continuação

Dos saldos a receber e a pagar acima apresentados, parte refere-se a operações de mútuo entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme detalhado a seguir.

Mútuos ativos e passivos

		Controladora		Consolidado	
	Taxas	2012	2011	2012	2011
Ativo					
Controladoras					
Whirlpool Canada Holding Company	Libor 3m+3,0% a.a.	1.240.591	765.714	1.240.591	765.714
Whirlpool do Brasil Ltda	102% CDI	182.622	260.210	182.622	260.210
Controladas					
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	Libor 6m+0,5% a.a.	9.851	20.075	-	-
Whirlpool Peru	Libor 1a+0,5% a.a.	-	3.839	-	-
Total do Ativo		1.433.064	1.049.838	1.423.213	1.025.924
Passivo					
Controladas					
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	100% TR+0,5% a.a.	396.264	-	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	102%CDI	355.231	92.990	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool Comercial Ltda	100% TR	20.724	15.187	20.724	15.188
Brasmotor S.A.	100% CDI	20.339	12.674	20.339	12.674
Total do Passivo		792.558	120.851	41.063	27.862

Os mútuos com partes relacionadas possuem cláusulas contratuais que permitem sua renovação automática por prazo mínimo de 90 dias, na ausência de notificação em contrário do mutuante. Essas e demais transações com partes relacionadas não existem garantias e nem provisões para créditos de liquidação duvidosos.

Receitas/Despesas sobre Mútuo

Receitas/Despesas sobre Mútuo		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Ativo					
Controladoras					
Whirlpool Canada Holding Company	Receita de juros	47.493	24.541	47.493	24.541
Whirlpool do Brasil Ltda	Receita de juros	14.292	44.258	14.292	44.258
Controladas					
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	Receita de juros	140	124	-	-
Whirlpool Peru	Receita de juros	-	54	-	-
		61.925	68.977	61.785	68.799
Passivo					
Controladas					
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	Despesa de juros	1.511	2.263	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda	Despesa de juros	12.522	6.662	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool Comercial Ltda	Despesa de juros	42	196	42	196
Brasmotor S.A.	Despesa de juros	1.323	1.677	1.323	1.677
		15.398	10.798	1.365	1.873

As despesas e receitas do quadro acima referem-se a todos os contratos abertos e encerrados no período.

10. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração com pessoal-chave da Administração

As despesas com os executivos da Administração da Companhia relativas aos doze meses findos em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$17.763 (R\$14.937 em 31 de dezembro de 2011) como honorários, R\$12.531 (R\$4.636 em 31 de dezembro de 2011) como benefícios e R\$9.955 (R\$5.184 em 31 de dezembro de 2011) como remuneração baseada em ações.

11. Investimentos em controladas

	Participação				Informações da Controlada				
	Quantidade de Ações /Quotas		No capital (%)						
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	1.728.562.547	148.444.207	99,99	100,00	940.810	414.094	526.716	762.901	58.787
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda	46.433.000	-	99,43	99,43	494.440	431.936	62.504	482.742	9.027
Consórcio Nacional Brastemp Ltda. (a)	580.969	-	99,99	99,99	4.785	5.686	(901)	-	(1.487)
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	-	-	100,00	100,00	96.668	23.063	73.605	116.666	35.857
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	-	-	66,92	66,92	718.521	409.540	308.981	673.561	32.143
Latin America Warranty S.A.	5.190	-	95,00	95,00	20.387	16.339	4.048	7.125	2.153
Whirlpool Argentina S.A.	548.900	-	95,00	95,00	187.365	131.585	55.780	370.246	(4.436)
Whirlpool Chile Ltda.	5.833.000	-	99,99	99,99	35.143	22.873	12.270	46.254	(5.849)
Mlog Armazém Geral Ltda.	46.322.746	-	100,00	100,00	362.446	293.894	68.552	455.532	36.919
Ealing Companhia de Gestiones y Participaciones S.A. (a)	49.250	-	100,00	100,00	389	17.587	(17.198)	-	30.659

- (a) Apesar de seu patrimônio líquido negativo, a controlada tem sua continuidade garantida pela controladora Whirlpool S.A.. Por esta razão, a provisão para perda com investimento foi apurada até o limite do patrimônio líquido negativo e encontra-se registrada na rubrica provisão para passivo a descoberto no passivo não circulante.

11. Investimentos em controladas--Continuação

Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31 de dezembro de 2011	Aquisição/ Integralização	Equivalência patrimonial 2012	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuídos	Transf./ Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Equivalência patrimonial 2011
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	467.884	-	58.779	-	-	-	526.663	48.224
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda	53.319	-	8.976	(147)	-	-	62.148	7.087
Consórcio Nacional Brastemp Ltda.	587	-	-	-	-	(587)	-	(92)
Qingdao EECON Electr. Controls and Appl. CO. Ltd.	32.777	-	35.857	4.971	-	-	73.605	12.199
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	192.009	-	21.510	17.828	(24.574)	-	206.773	5.958
Latin America Warranty S.A.	1.933	-	2.045	(133)	-	-	3.845	1.514
Whirlpool Argentina S.A.	59.919	-	(4.214)	(2.714)	-	-	52.991	7.064
Whirlpool Chile Ltda (a)	3.047	13.908	(5.849)	2.397	-	(1.233)	12.270	(1.598)
Mlog Armazém Geral Ltda.	31.631	-	36.921	-	-	-	68.552	28.892
Outros	5.419	-	-	-	-	-	5.419	-
	848.525	13.908	154.025	22.202	(24.574)	(1.820)	1.012.266	109.248
Consórcio Nacional Brastemp Ltda.	-	-	(1.488)	-	-	587	(901)	-
Ealing Companhia de Gestiones y Participaciones S.A. (b)	(72.721)	31.800	30.659	(6.936)	-	-	(17.198)	(6.620)
Total passivo a descoberto	(72.721)	31.800	29.171	(6.936)	-	587	(18.099)	(6.620)
	775.804	45.708	183.196	15.266	(24.574)	(1.233)	994.167	102.628

(a) Em 04 de abril de 2012, a Whirlpool S.A. fez um aumento de capital em sua controlada Whirlpool Chile Ltda, no valor de R\$13.908, passando a possuir 5.833.000 quotas desta controlada.

(b) Integralização de capital, no montante de R\$ 31.800, que ocorreu em dezembro de 2012.

12. Imobilizado

	Controladora					Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática			
Custo								
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	225.639	1.850.285	89.132	454	63.778	2.229.288	60.377	2.289.665
Aquisições	-	-	-	-	-	-	98.270	98.270
Transferências	9.255	76.387	12.426	8	6.505	104.581	(104.581)	-
Alienação/baixa	(30)	(29.284)	(1.126)	(12)	(3.910)	(34.362)	-	(34.362)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	234.864	1.897.388	100.432	450	66.373	2.299.507	54.066	2.353.573
Aquisições	-	-	-	-	-	-	125.410	125.410
Transferências	2.859	67.490	22.362	-	9.035	101.746	(101.746)	-
Alienação/baixa	(521)	(79.282)	(4.024)	(157)	(16.076)	(100.060)	-	(100.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	237.202	1.885.596	118.770	293	59.332	2.301.193	77.730	2.378.923
Depreciação								
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	(124.807)	(1.374.962)	(53.011)	(350)	(45.656)	(1.598.786)	-	(1.598.786)
Depreciação	(7.488)	(79.092)	(14.149)	(41)	(7.057)	(107.827)	-	(107.827)
Provisão para baixa de imobilizado	-	(1.122)	-	-	-	(1.122)	-	(1.122)
Baixa da depreciação	10	26.456	888	11	3.899	31.264	-	31.264
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(132.285)	(1.428.720)	(66.272)	(380)	(48.814)	(1.676.471)	-	(1.676.471)
Depreciação	(6.019)	(88.620)	(12.833)	(24)	(6.779)	(114.275)	-	(114.275)
Provisão para baixa de imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa da depreciação	521	76.088	4.011	111	15.495	96.226	-	96.226
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(137.783)	(1.441.252)	(75.094)	(293)	(40.098)	(1.694.520)	-	(1.694.520)
Valor residual								
Saldos em 31 de dezembro de 2012	99.419	444.344	43.676	-	19.324	606.673	77.730	684.403
Saldos em 31 de dezembro de 2011	102.579	468.668	34.160	70	17.559	623.036	54.066	677.102
Taxas médias de depreciação anual	0 a 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%		-	

12. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Demais bens	Total em operação		
Custo									
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	252.587	2.152.125	94.137	3.082	65.777	12.104	2.579.812	83.012	2.662.824
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	123.197	123.197
Transferências	10.564	108.878	13.699	465	10.337	2.015	145.958	(145.958)	-
Alienação/baixa	(30)	(48.055)	(1.143)	(415)	(2.216)	(1.717)	(53.576)	-	(53.576)
Variação cambial	276	28.386	72	213	144	1.861	30.952	959	31.911
Saldos em 31 de dezembro de 2011	263.397	2.241.334	106.765	3.345	74.042	14.263	2.703.146	61.210	2.764.356
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	152.639	152.639
Transferências	3.187	89.240	22.615	407	7.987	3.559	126.995	(126.995)	-
Alienação/baixa	(521)	(115.110)	(4.992)	(191)	(17.657)	(2.255)	(140.726)	-	(140.726)
Variação cambial	122	43.284	109	289	530	1.291	45.625	644	46.269
Saldos em 31 de dezembro de 2012	266.185	2.258.748	124.497	3.850	64.902	16.858	2.735.040	87.498	2.822.538
Depreciação									
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	(134.622)	(1.553.208)	(55.449)	(1.777)	(45.656)	(5.412)	(1.796.124)	-	(1.796.124)
Depreciação	(9.339)	(100.915)	(15.998)	(337)	(11.044)	(1.432)	(139.065)	-	(139.065)
Provisão para baixa de imobilizado	-	(1.122)	-	-	-	-	(1.122)	-	(1.122)
Baixa da depreciação	10	45.088	812	278	2.204	1.717	50.109	-	50.109
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(143.951)	(1.610.157)	(70.635)	(1.836)	(54.496)	(5.127)	(1.886.202)	-	(1.886.202)
Depreciação	(7.102)	(112.724)	(13.664)	(371)	(7.420)	(1.490)	(142.771)	-	(142.771)
Provisão para baixa de imobilizado	-	-	687	-	1.473	-	2.160	-	2.160
Baixa da depreciação	521	102.054	4.278	153	15.593	8	122.607	-	122.607
Variação cambial	(148)	(29.352)	(82)	(183)	(460)	(597)	(30.822)	-	(30.822)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(150.680)	(1.650.179)	(79.416)	(2.237)	(45.310)	(7.206)	(1.935.028)	-	(1.935.028)
Valor Residual									
Saldos em 31 de dezembro de 2012	115.505	608.569	45.081	1.613	19.592	9.652	800.012	87.498	887.510
Saldos em 31 de dezembro de 2011	119.446	631.177	36.130	1.509	19.546	9.136	816.944	61.210	878.154
Taxas médias de depreciação anual	0 a 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%	10%	-	-	-

A depreciação reconhecida no exercício foi substancialmente apropriada ao custo dos produtos vendidos.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía bens do imobilizado dados como garantia do processo judicial mencionado na Nota 15(a), no montante de R\$186.351.

13. Intangível

	Controladora			
	Patentes	Desenvolvimento de projetos	Softwares	Total
Custo				
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	32.347	7.250	31.772	71.369
Aquisições	6.764	-	11.583	18.347
Alienação/baixa	-	-	(8.159)	(8.159)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	39.111	7.250	35.196	81.557
Aquisições	4.594	-	15.709	20.303
Alienação/baixa	(1.034)	-	(13.211)	(14.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	42.671	7.250	37.694	87.615
Amortização				
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	(4.664)	-	(11.002)	(15.666)
Amortização	(3.543)	-	(10.807)	(14.350)
Baixa da amortização	-	-	8.159	8.159
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(8.207)	-	(13.650)	(21.857)
Amortização	(3.931)	(3)	(11.072)	(15.006)
Baixa da amortização	991	-	12.741	13.732
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(11.147)	(3)	(11.981)	(23.131)
Valor residual				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	31.524	7.247	25.713	64.484
Saldos em 31 de dezembro de 2011	30.904	7.250	21.546	59.700

13. Intangível--Continuação

	Consolidado					
	Patentes	Desenv. de projetos	Softwares	Transf. de tecnologia	Outros / ágio	Total
Custo						
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	32.395	7.250	33.967	10.307	648	84.567
Aquisições	6.764	-	13.000	-	-	19.764
Alienação/baixa	(48)	-	(8.391)	-	-	(8.439)
Variação cambial	-	-	931	1.468	7	2.406
Saldos em 31 de dezembro de 2011	39.111	7.250	39.507	11.775	655	98.298
Aquisições	4.594	-	16.096	-	-	20.690
Alienação/baixa	(1.034)	-	(13.264)	(315)	-	(14.613)
Variação cambial	-	-	400	1.372	59	1.831
Saldos em 31 de dezembro de 2012	42.671	7.250	42.739	12.832	714	106.206
Amortização						
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	(4.672)	-	(13.209)	-	-	(17.881)
Amortização	(3.543)	-	(11.341)	(1.528)	-	(16.412)
Baixa da amortização	8	-	8.388	-	-	8.396
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(8.207)	-	(16.162)	(1.528)	-	(25.897)
Amortização	(3.931)	(3)	(11.309)	-	-	(15.243)
Baixa da amortização	991	-	12.792	-	-	13.783
Variação cambial	-	-	(234)	(361)	-	(595)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(11.147)	(3)	(14.913)	(1.889)	-	(27.952)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	31.524	7.247	27.826	10.943	714	78.254
Saldos em 31 de dezembro de 2011	30.904	7.250	23.345	10.247	655	72.401

As informações para cada classe de ativo intangível estão descritas a seguir:

Classificação	Descrição	Vida útil	Prazo de vida útil
Patentes	Registro de patentes em escritórios de patentes no Brasil e exterior referentes a inovações nos produtos.	definida	10 anos
Desenvolvimento de projetos	Gastos com desenvolvimento interno vinculados a inovações tecnológicas dos produtos.	indefinida	-
Softwares	Licenças de uso de softwares adquiridos.	definida	5 anos
Transferência de tecnologia	Gastos com desenvolvimento interno de tecnologia transferido para controlada.	indefinida	-

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado		Garantias
	2012	2011	2012	2011	
Moeda nacional:					
FINEP (TJLP + 5,0% a.a.)	111.051	84.586	111.051	84.608	Fiança Bancária
Moeda estrangeira:					
Variação cambial e juros de 3,0% a 6,84% a.a.	493	300	493	300	
Total dos financiamentos	111.544	84.886	111.544	84.908	
Circulante	19.269	19.085	19.269	19.107	
Não circulante	92.275	65.801	92.275	65.801	

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de caixa operacional.

Para financiamento de investimentos, referente a projetos de desenvolvimento, a Companhia utiliza-se também de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo sido celebrado contrato em 4 de dezembro de 2006, no montante de R\$20.000. Esse financiamento teve como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para o Mercado de Refrigeração". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O saldo devedor está sendo pago em 61 parcelas mensais e sucessivas, sendo que o vencimento última parcela ocorrerá em 15 de dezembro de 2013.

Em 9 de outubro de 2008, a Whirlpool S.A. celebrou novo contrato de financiamento com a FINEP no montante de R\$100.000, disponibilizado em duas parcelas: R\$75.000 em 15 de novembro de 2008 e R\$25.000 em 20 de julho de 2009. Sobre o principal incide juros de 5% ao ano, a título de Spread, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Os encargos deste contrato serão limitados a 5,25% ao ano, de acordo com a equalização. Esse financiamento tem como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas e Capacitação do Quadro de Pesquisadores". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O contrato contemplou período de carência de 20 meses onde foram considerados os encargos. O saldo devedor está sendo pago em 81 parcelas mensais e sucessivas sendo que o vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de junho de 2010 e as demais nos meses subsequentes, sendo o último vencimento em 15 de fevereiro de 2017.

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Para financiar parte do investimento em inovação de eletrodomésticos e compressores com maior eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia, celebrou, em 4 de dezembro de 2012, nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 180.000, a ser disponibilizado em quatro parcelas de R\$ 42.250, sendo a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012. Sobre o principal incorrem juros remunerados a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a TJLP ao ano, resultando em uma taxa de financiamento de 5% ao ano. O valor do principal do contrato será amortizado mensalmente em 61 prestações, subsequente ao período de carência de 24 meses . O pagamento de juros é mensal inclusive no período de carência.

Os financiamentos a longo prazo vencem como segue:

Ano	Valor
2014	15.557
2015	23.716
A partir de 2016	53.002
	92.275

15. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Participações estatutárias	3.077	4.403	3.077	4.403
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos – (Nota 17.f)	2.745	6.412	2.745	6.412
Provisão para garantias	23.361	18.288	31.251	26.498
Programa de participação nos resultados	108.877	57.814	120.581	63.848
Adiantamentos de clientes	8.685	10.698	27.903	24.877
Contas a pagar – Antitruste, líquido do ajuste ao valor presente (i)	133.805	89.298	226.130	220.920
Contas a pagar, líquido do ajuste ao valor presente – Safra (a)	-	487.357	-	487.357
Contas a pagar – Suprema Corte Argentina – (Nota 16.1.c)	-	-	34.065	-
Outras provisões	82.825	9.118	166.354	41.136
Outras contas a pagar	52.161	81.003	81.479	128.567
	415.536	764.391	693.585	1.004.018
Circulante	377.211	707.111	593.655	843.297
Não circulante	38.325	57.280	99.930	160.721

(i) Vide comentário na Nota 16.1.a.

(a) Conforme divulgado em fato relevante de 22/06/2011, a Companhia celebrou acordo com o Banco Safra S.A. para encerrar a ação judicial ordinária de cobrança, movida contra a Companhia desde 2001. O acordo foi judicialmente homologado em 08/07/2011.

A Companhia acordou em pagar à Instituição Financeira o montante de R\$ 958.534, em duas parcelas fixas. A primeira parcela, no montante de R\$ 468.965 foi paga em 14/07/2011 e a segunda, de R\$ 489.569, foi paga em 12/01/2012.

A solução definitiva desse litígio elimina a potencial exposição da Companhia a uma condenação cujo valor máximo poderia ser de aproximadamente R\$1.900.000, conforme anteriormente divulgado ao mercado.

A Companhia registrou no 2º trimestre de 2011 na rubrica de outras despesas operacionais, o montante de R\$ 690.830, referente à parte não provisionada anteriormente.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação, como segue:

	Controladora		Consolidado	
Provisão para demandas judiciais e administrativas relacionadas a causas:	2012	2011	2012	2011
Cíveis	21.513	17.988	25.522	22.414
Trabalhistas	9.740	12.588	11.786	19.117
Tributárias	107.281	100.862	110.726	104.363
	138.534	131.438	148.034	145.894
Total passivo circulante	38.945	-	38.945	-
Total passivo não circulante	99.589	131.438	109.089	145.894

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados classificados no grupo de ativo não circulante.

	Controladora		Consolidado	
Depósitos judiciais	2012	2011	2012	2011
Cíveis	19.889	16.552	28.842	23.535
Trabalhistas	1.899	3.413	4.094	7.606
Tributários	87.746	87.704	101.622	102.885
	109.534	107.669	134.558	134.026

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	275.925	21.601	105.682	403.208
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	6.954	(478)	3.412	9.888
(-) Pagamentos	(7.188)	(10.071)	(9.842)	(27.101)
(+) Atualização monetária	17.115	1.536	1.610	20.261
(-) Transferência para outros passivos(i)	(274.818)	-	-	(274.818)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	17.988	12.588	100.862	131.438
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.051	6.817	1.501	10.369
(-) Pagamentos	(1.060)	(10.386)	(100)	(11.546)
(+) Atualização monetária	2.534	721	5.018	8.273
Saldos em 31 de dezembro de 2012	21.513	9.740	107.281	138.534

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	280.268	24.931	109.702	414.901
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	7.038	4.143	2.857	14.038
(-) Pagamentos	(7.188)	(11.608)	(9.842)	(28.638)
(+) Atualização monetária	17.114	1.651	1.646	20.411
(-) Transferência para outros passivos(i)	(274.818)	-	-	(274.818)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	22.414	19.117	104.363	145.894
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	3.065	6.284	1.421	10.770
(-) Pagamentos	(2.532)	(14.562)	(100)	(17.194)
(+) Atualização monetária	2.575	947	5.042	8.564
Saldos em 31 de dezembro de 2012	25.522	11.786	110.726	148.034

(i) O montante registrado referente ao processo judicial movido pelo Banco Safra S.A. foi transferido para o grupo outros passivos após acordo judicial firmado entre as partes mencionado na nota explicativa 15(a).

16 .1 Processos tributários, administrativos e cíveis

- a) Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia assinou acordos com Órgãos de Defesa da Concorrência do Brasil, Europa e Estados Unidos para encerrar as investigações sobre suposta violação da lei antitruste nesses mercados. Com base nesses acordos, a Companhia concordou em efetuar pagamentos no montante total de R\$312.086 (US\$157 milhões). Até 31 de dezembro de 2012, o valor total gasto destas contingências, incluindo honorários advocatícios, e outras despesas, é de R\$537.133 (US\$263 milhões). Em 31 de dezembro de 2012, R\$226.130 (US\$111 milhões) continuam provisionados, dos quais R\$148.758 (US\$73 milhões), serão pagos para os Órgãos de Defesa da Concorrência, em momentos variados, até 2015.

Desde que as investigações conduzidas pelo governo se tornaram públicas em fevereiro de 2009, a Companhia figurou no pólo passivo em ações de antitruste que visam a recuperação de potenciais danos relativos a precificação de compressores de 1996 a 2009, propostas em várias jurisdições.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16 .1 Processos tributários, administrativos e cíveis--Continuação

Diversos outros fabricantes de compressores que foram sujeitos às investigações governamentais também integraram o pólo passivo nessas ações. As ações judiciais nos Estados Unidos, constituídas em nome dos pretensos compradores, diretos e indiretos, e contendo alegações de ação civil pública foram reunidas em um único procedimento na United States District Court for the Eastern District of Michigan. Em 12 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou acordo com os compradores diretos na ação em curso em Michigan – EUA, que prevê o pagamento de até R\$61.305 (US\$30 milhões), valores contemplados no parágrafo anterior, caso todos os compradores diretos optem por permanecer no acordo. Caso parte dos compradores optem por não fazer parte do acordo, ocorrerá uma redução do valor a ser pago. A ação relacionada aos compradores indiretos permanece em andamento. Novas ações semelhantes podem ser propostas por pretensos compradores de nossos compressores. A Companhia continua cooperando com as medidas governamentais em andamento nas outras jurisdições, bem como defendendo-se vigorosamente nas ações de antitruste relacionadas.

O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro, estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

- b) A Companhia recalculou o valor da contribuição social com base na Emenda Constitucional nº 33 de 11 de dezembro de 2001, a qual determina que “as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação”. O efeito acumulado decorrente da não tributação das receitas de exportação pela Contribuição Social totalizou R\$39.050, em valores originais. Parte deste valor (R\$29.676) foi objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16 .1 Processos tributários, administrativos e cíveis—Continuação

Em 12 de agosto de 2010, o Supremo Tribunal Federal encerrou o julgamento do processo RE 564.413 (leading case) a respeito da aplicação de imunidade sobre receitas de exportação, prevalecendo, nesse caso, o entendimento de que a imunidade somente seria aplicada aos tributos incidentes diretamente sobre receitas de exportação.

A partir da análise do acórdão publicado em 06/12/2010, os consultores jurídicos da Companhia avaliam que a probabilidade de perda é superior a 50%, em razão da baixa probabilidade de modificação da decisão proferida no RE 564.413. Com base nesse cenário, em 31 de dezembro de 2010, a Administração constituiu provisão, que acrescido de juros até 31 de dezembro de 2012, totaliza R\$78.083.

- c) Em 14 de novembro de 2012, a Whirlpool Puntana, controlada indireta da Companhia, foi surpreendida por notificação da Suprema Corte Argentina acerca de decisão, definitiva e irrecorrível, em ação judicial tributária relativa à apuração de diferenças no pagamento de imposto de renda sobre juros em supostos empréstimos entre empresas do grupo. O valor da condenação foi integralmente provisionado em 30 de novembro de 2012, e em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$34.065 (ARS\$81.533).

Em 28 de janeiro de 2013 foi pago o valor de R\$32.884 (ARS\$82.313), que difere do montante provisionado em decorrência de variação cambial no período.

16.2 Programa de anistia

a) MP 470/09

Em outubro de 2009 foi publicada a Medida Provisória (“MP”) nº 470/09 (redação atualmente prevista na Lei nº 12.249, publicada em 14/06/2010), instituindo o programa de anistia de débitos decorrentes do aproveitamento de créditos de IPI oriundos da aquisição de insumos tributados à alíquota zero. Usufruindo dos benefícios da MP, a Companhia, em 30 de novembro de 2009, apresentou requerimento à Receita Federal para pagamento de seus débitos a esse título, os quais, calculados considerando os benefícios da MP, totalizaram R\$52.433. Um ganho no valor de R\$76.886, relativo à multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas operacionais.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.2 Programa de anistia--Continuação

a) MP 470/09--continuação

Esses débitos se referem às compensações efetuadas em 2004 com base em decisões favoráveis dos Tribunais Superiores sobre a questão e que foram objeto de autuação fiscal pela Receita Federal.

Em julho de 2012, a Receita Federal homologou parcialmente o pagamento efetuado pela Companhia com as reduções do Programa de Anistia instituído pela MP nº 470/09, em razão do questionamento dos prejuízos fiscais utilizados para quitação dos débitos. Em janeiro de 2013, a Companhia recebeu uma execução fiscal de R\$178.000, refletindo ao valor do débito original, acrescido de juros e multas.

A Companhia está vigorosamente defendendo sua posição. Com base em análise dos fatos, incluindo a opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 2012.

b) Lei 11.941/09

Ainda, por conta das condições favoráveis para quitação de débitos introduzidas pela Lei nº 11.941/09, a Companhia também apresentou, em 30 de novembro de 2009, requerimento à Receita Federal para pagamento de débitos tributários relativos a discussões de aumento da alíquota da COFINS, conforme disposto pela Lei 9.718 de novembro de 1998, e cobranças de débitos de Imposto de Renda, IPI e outros. Os débitos tributários líquidos dos benefícios auferidos com a anistia, totalizaram R\$44.209 (R\$45.282 no consolidado). Um ganho no valor de R\$36.772 (R\$37.054 no consolidado), relativo a multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

Em abril de 2011, a Companhia apresentou as informações necessárias à consolidação dos débitos liquidados no âmbito do programa de anistia, previsto na lei 11.941/09. Visando a referida consolidação, a Companhia, em 11 de abril de 2011, liquidou o débito referente a IPI e Outros, no montante de R\$ 9.940, englobando principal acrescido de juros e encargos.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.2 Programa de anistia—Continuação

c) Resumo dos impactos contábeis

	Controladora					Mlog	Consolidado
	IPI Alíquota Zero	COFINS	IPI	Outros	Total	PIS / COFINS	Total
(=) Valor da provisão classificado em Impostos a recolher	82.489	43.137	-	-	125.626	-	125.626
(+) Ajuste da provisão	46.830	16.281	16.740	4.823	84.674	1.355	86.029
(-) Valor anistiado	(76.886)	(27.508)	(7.277)	(1.987)	(113.658)	(282)	(113.940)
(=) Valor da dívida	52.433	31.910	9.463	2.836	96.642	1.073	97.715
(-) Valor liquidado com prejuízo fiscal	(52.433)	(9.260)	(2.648)	(910)	(65.251)	(109)	(65.360)
(-) Pagamento efetuado	-	-	-	-	-	(964)	(964)
(=) Valor do passivo total em 31/03/2011							
classificado em Impostos a recolher	-	22.650	6.815	1.926	31.391	-	31.391
(+) Ajuste da provisão	-	-	935	264	1.199	-	1.199
(-) Pagamento efetuado	-	-	(7.750)	(2.190)	(9.940)	-	(9.940)
(=) Valor do passivo total em 31/12/2011 e 31/12/2012 –							
classificado em Impostos a recolher	-	22.650	-	-	22.650	-	22.650
	MP 470/09 R\$52.433			Lei 11.941/09 R\$45.282			Total R\$97.715

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota

Adicionalmente, os seguintes assuntos relevantes vêm sendo discutidos pela Companhia na esfera judicial:

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação

Em dezembro de 1996, a Companhia obteve decisão final favorável no processo judicial relativo ao direito ao crédito-prêmio vinculado às exportações, no âmbito do programa BEFIEIX, relativas a todo o período em que o programa esteve em vigor, ou seja, de 14 de julho de 1988 até 13 de julho de 1998.

A União Federal ajuizou Ação Rescisória em dezembro de 1998, visando desconstituir a decisão que concedeu o direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do programa BEFIEIX. Em agosto de 2003, a Ação Rescisória foi julgada totalmente improcedente pelo Tribunal Regional Federal de Brasília. A referida decisão, após julgamentos dos recursos impetrados pela União, transitou em julgado em dezembro de 2005, restando definitivo o

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação—Continuação

reconhecimento do direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do Programa BEFLEX pela Companhia.

Em novembro de 2008 foi proferida decisão aprovando a totalidade do valor do crédito apurado em liquidação, com base em laudo pericial e confirmado através das informações enviadas pelo Banco Central, Receita Federal e a Secretaria de Comércio Exterior.

Em março de 2009, a União apresentou recurso contra a decisão que aprovou o valor do crédito. Em maio de 2009, a Companhia contestou o recurso da União, pleiteando ao Tribunal a total improcedência das alegações da União.

Em dezembro de 2011, o Tribunal, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso da União.

Após esta decisão, a União apresentou mais 3 recursos (embargos de declaração, Recurso Especial e Recurso Extraordinário).

Os embargos de declaração foram rejeitados em abril de 2012, e os Recursos interpostos para os Tribunais Superiores foram inadmitidos em outubro 2012. Contra esta decisão a União Federal apresentou agravo de instrumento, que está pendente de julgamento.

Com base nas decisões obtidas no processo judicial e pareceres dos consultores jurídicos, a Companhia vem utilizando os créditos prêmio de IPI, na forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Em 2012 e 2011, os valores compensados foram de R\$76.180 e R\$439.192, respectivamente, na forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, apropriados ao resultado como receitas de vendas para o exterior.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo remanescente à ser realizado é de aproximadamente R\$376.000, incluindo R\$114.440 relativos a honorários de sucumbência.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

b) Tributação da exportação incentivada - BEFIEX

Com base em decisão favorável proferida pela 8ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes, mediante Acórdão nº 108-07.564 que afastou a tributação do lucro das exportações em programa BEFIEX, e com base no Decreto nº 1219/72, a Companhia recalculou no exercício de 2004 o imposto de renda do período de 1994 a 1998 e a contribuição social do período de 1993 a

1998 recolhidos a maior. Os registros contábeis foram realizados naquele ano como segue (valores originais):

Imposto de renda

- 1.1 Constituição de crédito de IRPJ sobre o Lucro na Exportação-BEFIEX recolhido a maior de R\$19.200, em impostos a recuperar no Ativo Circulante; e
- 1.2 Registro ao resultado do exercício de R\$11.472 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$7.728 no grupo de Provisão de Imposto de Renda;

Contribuição social

- 2.1 Constituição de crédito de CSLL sobre o Lucro na Exportação-BEFIEX recolhido a maior de R\$15.241, em impostos a recuperar no Ativo Circulante, e;
- 2.2 Registro no resultado do exercício de R\$8.716 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$6.525 no grupo de Provisão de contribuição social.

Com relação à contribuição social, os referidos créditos de R\$15.241 foram objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis no ano de 2004.

A Companhia recebeu autos de infração relativos à incidência de imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX compensados durante o período de 2000 a 2002 e de 2007 a 2011. A Companhia entende que os créditos BEFIEX não estão sujeitos à incidência de imposto de renda e

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

b) Tributação da exportação incentivada - BEFLEX - continuação

contribuição social e vem vigorosamente defendendo esta posição em âmbito administrativo.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, com base nas opiniões dos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para os referidos autos de infração. Em 31 de dezembro de 2012, a quantidade total de autuações fiscais pendentes relativas ao imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFLEX, incluindo juros e multas, é de R\$1.2 bilhões. É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar sua definitiva conclusão, durante o qual os valores relativos a essas autuações continuarão a ser corrigidos monetariamente pela taxa Selic.

Desta forma, eventual resultado desfavorável nesses processos pode ter um efeito material adverso sobre a situação financeira, liquidez ou resultados das operações da Companhia.

c) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e as suas controladas possuem diversas demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento, cujas probabilidades de perda, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, perfazendo o montante de R\$414.925 (R\$423.174 em 31 de dezembro de 2011).

Além disso, a Companhia está discutindo outros autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais relacionadas a imposto de renda e outros tributos. Estas questões estão em vários estágios de revisão em inúmeros processos administrativos e judiciais. A Companhia rotineiramente avalia estas questões e avalia sua estimativa de perda com base na opinião de nossos consultores jurídicos. A Companhia acredita que essas autuações são infundadas e vem defendendo suas posições vigorosamente. É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar quando ocorrerá a conclusão definitiva.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

d) Fianças Bancárias

Como pratica comum no mercado brasileiro, a Companhia contratou junto a instituições financeiras, emissão de fianças bancárias e cartas de crédito. Estes contratos são principalmente associados a garantias oferecidas em discussões administrativas e judiciais referente a processos fiscais e obrigações habituais da Companhia em conformidade com a legislação local. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia tem em aberto aproximadamente R\$610 milhões (R\$350 milhões em 2011) relacionados a esses contratos.

16.4 Compromissos de garantia em operações de vendedor

Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de “vendedor” junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o total do saldo em aberto nesta operação era, respectivamente, de R\$ 921.944 e R\$875.454.

A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a cobertura máxima combinada de “stop-loss” fornecidos por essas políticas foram de R\$180.000.

Como prática comum de mercado na República Popular da China, a Companhia, através de sua subsidiária Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd negocia operações de desconto de “Bank Acceptance Drafts” (BAD) junto a instituições financeiras. De acordo com a legislação local, em situações específicas, essas operações possuem direito de recurso aos seus cessionários. Neste caso a subsidiária deve cumprir com a obrigação perante a instituição financeira e os BADs são devolvidos à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, o total do saldo em aberto nesta operação era de R\$ 31.560 e em 2012 não havia valores em aberto.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.5 Compromissos de compra de longo prazo

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto à seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$87.952 em 2013, R\$87.057 em 2014, R\$76.002 em 2015, R\$64.105 em 2016, R\$30.956 em 2017 e R\$115.570 até o término do compromisso, sendo que 81% dos compromissos são vinculados a compra de energia elétrica.

16.6 Linha de crédito garantida

Em dezembro de 2012, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$880.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque. A linha de crédito não contém cláusulas financeiras restritivas ou garantias.

Em 31 de dezembro de 2012, não tínhamos empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 1.502.786.006 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 ações ordinárias e 474.085.114 ações preferenciais.

b) Reservas de capital

- i. *Reserva de pagamentos baseados em ações* – impactada pela despesa de R\$9.955 e R\$5.184, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.
- ii. *Incentivos fiscais* – representa os valores de aplicações em incentivos fiscais referente a exercícios anteriores. Não houve impacto em 2012.

c) Reservas de lucros

- i. *Reserva legal* - constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado.
- ii. *Retenção de lucros* - corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante.

17. Patrimônio líquido--Continuação

d) Ajuste de avaliação patrimonial

- i. O montante referente ao Hedge compreende a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de hedge de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício (Nota 23).
- ii. Ganhos e perdas atuariais - abrangem a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada (Nota 18) e assistência médica (Nota 19) da Companhia.

e) Ajustes acumulados de conversão

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

f) Juros sobre capital próprio e dividendos

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido. São destinados às ações preferenciais dividendos ou juros sobre o capital próprio em valor 10% superior àqueles destinados às ações ordinárias.

Os juros sobre capital próprio são computados tendo por base o patrimônio líquido, limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, podendo ser pagos ou creditados aos acionistas em montante limitado a 50% do lucro do exercício ou 50% das reservas de lucros relativas a exercícios anteriores.

Atendendo à legislação fiscal, os referidos juros são contabilizados como despesas financeiras. Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil e instruções da Comissão de Valores Mobiliários, estes juros são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 30 de outubro de 2012, aprovou a distribuição de dividendos intermediários(1) e juros sobre capital próprio(2), para todas as ações integrantes do capital social atual (beneficiando os acionistas que se acham inscritos nos registros da Companhia em 30 de outubro de 2012, correspondente a 1.502.786.006 ações), da seguinte forma: **1.** a. R\$0,15851 por ação, para todas as ações ordinárias; e b. R\$0,17436 por ação, para todas as ações preferenciais, **2.** a. R\$0,04776 por ação, para todas as ações ordinárias; e b. R\$0,05253 por ação, para todas as ações preferenciais, relativos

17. Patrimônio líquido--Continuação

f) Juros sobre capital próprio e dividendos--Continuação

aos lucros disponíveis em Reservas de Lucros, conforme balanço levantado em 30 de junho de 2012;

Os dividendos distribuídos foram computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2012.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício da controladora	606.267	368.678
Constituição da reserva legal (5%) – limitado a 20% do capital social	(16.417)	(18.434)
Lucro líquido ajustado	589.850	350.244
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	147.463	87.561
Distribuição dos juros sobre o capital próprio		
Juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações ordinárias (R\$)	49.131	-
Juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações preferenciais (R\$)	24.904	-
	74.035	
Distribuição dos dividendos		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias (R\$)	48.729	58.533
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais (R\$)	24.705	29.678
	73.434	88.211
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	147.469	88.211
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	1.028.700.892	1.028.700.892
Ações preferenciais	474.085.114	474.085.114
	1.502.786.006	1.502.786.006
Juros sobre o capital próprio distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,0478	-
Ações preferenciais	0,0525	-
Dividendo distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,0474	0,0569
Ações preferenciais	0,0521	0,0626

17. Patrimônio líquido--Continuação

f) Juros sobre capital próprio e dividendos--Continuação

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio é como segue:

	Controladora
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	6.061
(+) Distribuição de dividendos do exercício	88.211
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	156.871
(-) Pagamentos	(244.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6.412
(+) Distribuição de dividendos do exercício	73.434
(+) Distribuição de juros sobre capital próprio	74.035
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	172.285
(-) Pagamentos	(323.421)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.745

g) Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Em 2012 e 2011 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	606.267	368.678
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.502.786	1.502.786
Lucro básico por ação	0,4034	0,2453

18. Plano de previdência privada

A Companhia mantém plano de complementação de benefícios de aposentadoria (a seguir denominado "Plano"), administrado junto à entidade aberta de previdência privada. O Plano pode ser segregado em dois grupos distintos de participantes que percebem benefícios diferenciados, a saber:

18. Plano de previdência privada--Continuação

a) Plano não fundadores

Em 31 de dezembro de 2012, participam 21.454 empregados e dirigentes (17.541 em 31 de dezembro de 2011) inscritos no Plano a partir de 1º de agosto de 1994. Em dezembro de 2002, a Companhia promoveu a alteração deste plano da modalidade de “benefício definido - BD” para “contribuição definida - CD”, resultando em um evento de liquidação antecipada do plano de benefício, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício de 2002.

O custo do plano “CD” é compartilhado entre os participantes e a Companhia, podendo a parcela de contribuição da Companhia variar entre 50% e 200% da contribuição do participante, conforme tabela progressiva em função da faixa etária do empregado. A contribuição ao plano “CD” reconhecida no resultado do exercício da Companhia em 2012 foi de R\$12.215 (R\$11.195 em 31 de dezembro de 2011).

b) Plano fundadores

Em 31 de dezembro de 2012, participam 25 empregados e dirigentes (34 em dezembro de 2011) inscritos no Plano antes de 1º de agosto de 1994. Neste Plano, em que a modalidade é a de “benefício definido – BD”, os seguintes benefícios são oferecidos:

- Aposentadoria por tempo de serviço para os participantes contribuintes que se tornam elegíveis de acordo com os critérios do plano de benefícios – o benefício é equivalente a 85% do salário nominal indicado na proposta de inscrição menos o valor da pensão da aposentadoria pago pelo INSS;
- Aposentadoria por invalidez total e permanente – definido como 70% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos cônjuges – definido como 50% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos filhos – definido como 30% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago até o filho mais jovem completar 21 anos de vida; e
- Benefício mínimo – renda mensal vitalícia de 10% do salário.

A Companhia contribui com 85% do custo total, acrescido da parcela do participante que exceder 8% do salário.

18. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram adotados o método atuarial de *Crédito Unitário Projetado* e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

	2012	2011
Hipóteses econômicas (taxas nominais):		
Taxa de desconto	9,00% a.a	10,20% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	10,50% a.a.	10,50% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,2% a.a.	6,59% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,1% a.a.	4,5% a.a.
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,1% a.a.	4,5% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	UP94 geracional segregada por sexo Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento Fundadores: 6% a.a.	UP94 geracional segregada por sexo Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento Fundadores: 6% a.a.
Tábua biométrica de entrada em invalidez		
Taxa de rotatividade esperada		
Probabilidade de desligamento por iniciativa da empresa	100% dos desligamentos	100% dos desligamentos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

A conciliação dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	40.981	26.169
Valor presente das obrigações atuariais	40.981	26.169
Valor justo dos ativos do plano	(30.625)	(6.713)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	10.356	19.456
Passivo atuarial líquido	10.356	19.456

Conforme permitido no parágrafo 93^a. do CPC 33, a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

	2012	2011
Passivo atuarial líquido no início do exercício	19.456	21.846
Despesa reconhecida no resultado do exercício	2.986	3.704
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	(13.356)	(3.535)
Ganho/(Perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	1.270	(2.559)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	10.356	19.456

18. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A movimentação no valor das obrigações do plano de previdência privada são as seguintes:

	2012	2011
Valor presente da obrigação no início do exercício	26.169	24.857
Custo do serviço corrente da patrocinadora	1.387	1.566
Juros sobre a obrigação atuarial	5.369	2.445
Contribuições dos empregados	515	526
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	8.931	318
Benefícios pagos pelo plano	(1.390)	(3.543)
Valor presente da obrigação no final do exercício	40.981	26.169

A movimentação no valor justo dos ativos do plano de previdência privada são as seguintes:

	2012	2011
Valor justo dos ativos no início do exercício	6.713	3.011
Retorno real dos investimentos	9.122	1.105
Contribuições pagas pela patrocinadora	15.799	3.401
Contribuições pagas pelos empregados	515	526
Benefícios pagos pelo plano	-	(3.543)
Outros ajustes	(1.524)	2.213
Valor presente da obrigação no final do exercício	30.625	6.713

A composição da despesa (receita) total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	1.387	1.566
Juros sobre as obrigações atuariais	5.369	2.445
Rendimento dos ativos do plano	(3.770)	(307)
Despesa (receita) total reconhecida no resultado	2.986	3.704

A previsão da despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2013
Custo do serviço corrente	686
Juros sobre as obrigações atuariais	723
Despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício seguinte	1.409

18. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A forma como os ativos do plano está distribuída é demonstrada abaixo:

	2012	2011
Renda fixa	100%	100%

O montante total dos ativos do plano ao final de 2012 é de R\$30.625 (R\$6.713 em 2011).

19. Plano de assistência médica

A Companhia oferece o plano de assistência médica que garante à manutenção de cobertura vitalícia exclusivamente ao grupo de empregados aposentados até 31 de dezembro de 2002 e seus beneficiários. Este grupo conta com 1.569 participantes (1.379 em dezembro de 2011) assistidos em gozo do benefício. As despesas decorrentes do benefício oferecido são suportadas integralmente pela Companhia e demais empresas patrocinadoras.

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pelo CPC 33 (IAS 19), em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data de 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram adotados o método atuarial de Crédito Unitário Projetado e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

	2012	2011
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9,50% a.a.	10,20% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos no plano	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	11,00% a.a.	7,64% a.a.
Taxa de aumento na utilização da assistência médica	3% a.a.	3% a.a.
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,1% a.a.	4,5% a.a.
		UP-94
Tábua biométrica de mortalidade geral	UP-94 Geracional	Geracional
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

19. Plano de assistência médica--Continuação

A conciliação dos ativos e passivos é como segue:

	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	90.538	75.082
Valor presente das obrigações atuariais	90.538	75.082
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	90.538	75.082
Custo do serviço passado não reconhecido	(382)	(404)
Passivo atuarial líquido	90.156	74.678

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

	2012	2011
Passivo atuarial líquido no início do exercício	74.678	59.617
Despesa reconhecida no resultado do exercício	7.500	6.282
Contribuição da patrocinadora vertida no exercício	(4.446)	(4.265)
Ganho/(perda) reconhecido via ORA	12.424	13.044
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	90.156	74.678

Conforme permitido no parágrafo 93^a. do CPC 33 (IAS 19), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A despesa reconhecida no resultado de 2012 da Companhia no montante de R\$7.500 refere-se a juros sobre as obrigações atuariais e amortização de perdas atuariais e custo do serviço passado não reconhecidos.

A composição da despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2012	2011
Juros sobre as obrigações atuariais	7.500	6.282
Despesa total reconhecida no resultado do exercício	7.500	6.282

A composição da despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2013
Juros sobre as obrigações atuariais	8.440
Despesa total reconhecida no resultado do exercício seguinte	8.440

20. Remuneração baseada em ações

O programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia garante o alinhamento dos executivos com a estratégia e os indicadores de desempenho de longo prazo. As concessões são feitas através da Whirlpool Corporation – Estados Unidos, controladora da Whirlpool S.A., onde o programa é registrado na SEC *Security Exchange Commission*. A concessão é feita anualmente, e possui um ciclo de 3 anos para ficar disponível, com o objetivo de retenção dos profissionais.

Opções de ações

Empregados elegíveis podem receber opções de ações como parte de sua remuneração. Essas opções são exercíveis ao longo de um período de 3 anos, prescrevendo após 10 anos da data da concessão. As referidas opções podem ser canceladas devido ao término do contrato de trabalho, exceto nos casos de morte, invalidez ou aposentadoria.

A controladora aplica o método *Black-Scholes* para mensurar o valor justo das opções de ações outorgadas aos empregados. As opções outorgadas possuem os preços de exercício equivalentes ao preço de mercado das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da concessão. As principais premissas utilizadas na avaliação das opções são: (1) taxa de juros livre de risco - estimativa com base no rendimento de títulos do tesouro norte americano (*United States Zero Coupon Securities*) com vencimento similar ao prazo da opção; (2) expectativa de volatilidade - estimada com base na volatilidade histórica das ações ordinárias da Whirlpool Corporation, por um período comparável ao prazo da opção, e (3) prazo estimado das opções - estimativa baseada em dados históricos.

Durante o exercício de 2010 não foram outorgadas novas opções. Com base no modelo de precificação utilizado, a média ponderada do valor justo das opções outorgadas em 2012 e 2011 foi de US\$ 19,52 e US\$24,74 respectivamente. As principais premissas utilizadas são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	2012	2011
Taxa de juros livre de risco	0,9%	2,3%
Expectativa de volatilidade	40,2%	36,5%
Expectativa de dividendos	2,9%	2,0%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	5 anos

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Movimentação das opções de ações

O quadro abaixo apresenta a movimentação das opções de ações durante o exercício de 2012 e 2011:

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 01/01/2011	261	61,97
Outorgadas	64	85,45
Exercidas	(17)	41,54
Perda do direito ou prescritas	(20)	75,07
Opções em aberto em 31/12/2011	288	67,51
Opções exercíveis em 31/12/2011	192	68,92

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 31/12/2011	288	67,51
Outorgadas	85	71,34
Exercidas	(59)	52,30
Perda do direito ou prescritas	(71)	67,50
Opções em aberto em 31/12/2012	243	72,54
Opções exercíveis em 31/12/2012	163	70,96

O valor intrínseco das opções de ações em 2012 e 2011 foram US\$2 milhões e US\$1 milhão, respectivamente. Não houve benefício fiscal decorrente destas transações. O valor recebido das opções de ações exercidas em 2012 e 2011 foram de US\$3 milhões e US\$1 milhão, respectivamente. A média ponderada remanescente da cláusula contratual das opções de ações em 31 de dezembro de 2012 é de 5,9 anos (5,8 anos em 31 de dezembro de 2011).

Unidades de Ações Restritas - "Restricted Stock Units"

Empregados elegíveis poderão receber unidades de ações restritas ou unidades de ações com base no desempenho, como parte de sua remuneração.

As ações restritas são normalmente outorgadas em bases anuais a um grupo seletivo de empregados em cargos gerenciais, cuja aquisição de direito dá-se ao longo de um período de 3 anos. Adicionalmente, ações restritas podem ser outorgadas a executivos selecionados como reconhecimento extraordinário ou em situações específicas de retenção, cuja aquisição de direito acontece em períodos que variam de 3 a 7 anos. Algumas destas concessões possuem direito a dividendos equivalentes a ações existentes (pagos na forma de ações adicionais) calculados com base nos dividendos efetivamente declarados sobre as ações ordinárias da Whirlpool Corporation. Estes prêmios são convertidos em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito.

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Unidades de Ações Restritas - "Restricted Stock Units"--Continuação

Ações com base no desempenho são aquelas outorgadas aos executivos anualmente. A concessão final pode ser de 0-200% de uma meta baseada em índices de performance financeira pré-estabelecidos pela Whirlpool Corporation referentes ao exercício corrente. O direito adquirido dá-se após 2 anos subsequentes ao período de desempenho. O valor concedido é convertido em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito. O valor justo das ações em 2012 e 2011 foram de US\$3 milhões e US\$1 milhão, respectivamente.

A mensuração do custo das ações é baseada na cotação das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da outorga. A média ponderada do valor justo dos prêmios outorgados em 2012 e 2011 foram de US\$68,63 e US\$73,08 dólares, respectivamente.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das ações:

	Número de ações (em milhares)	Média Ponderada do valor justo (US\$)
Ações não revertidas em direito em 01/01/2011	152	66,99
Outorgadas	45	73,08
Canceladas	(9)	61,67
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(19)	73,54
Ações não revertidas em direito em 31/12/2011	169	68,01
Outorgadas	104	68,63
Perda de direito	(105)	80,56
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(46)	31,61
Ações não revertidas em direito em 31/12/2012	122	71,44

A despesa referente à remuneração baseada em ações foi de R\$9.955 e R\$5.184 em 2012 e 2011, respectivamente.

21. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas de juros	(39.129)	(35.258)	(70.754)	(39.679)
Variações monetárias e cambiais passivas	(80.782)	(88.554)	(95.085)	(107.456)
Perdas em operações de <i>Hedge</i>	(37.162)	(184.243)	(43.885)	(190.324)
Despesas de AVP	(152.674)	(157.964)	(195.170)	(203.593)
Outras despesas financeiras	(41.482)	(34.237)	(66.413)	(51.977)
Total de despesas financeiras	(351.229)	(500.256)	(471.307)	(593.029)
Receita de juros	71.797	84.013	84.299	99.613
Variações monetárias e cambiais ativas	180.515	170.520	191.852	184.072
Ganhos em operações de <i>Hedge</i>	25.982	145.817	28.486	153.827
Receitas de AVP	69.015	79.673	119.122	118.921
Outras receitas financeiras	84	595	84	628
Total de receitas financeiras	347.393	480.618	423.843	557.061
	(3.836)	(19.638)	(47.464)	(35.968)

23. Instrumentos financeiros

I. Objetivo

A Companhia está exposta a risco de mercado, crédito e liquidez que podem apresentar impacto em seu resultado. A sua administração tem a responsabilidade de medir, monitorar e mitigar estes riscos, de acordo com as políticas e procedimentos globais determinados por sua Controladora.

II. Risco de mercado

A Companhia está exposta a flutuações de taxas de câmbio, taxa de juros e de preços de commodities que podem afetar o resultado operacional e financeiro. Para gerenciar estes riscos, são utilizados instrumentos financeiros derivativos para reduzir a volatilidade em seu resultado.

As operações com derivativos são definidas através de política global determinada por sua Controladora. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas. Consequentemente, as operações de derivativos são realizadas com bancos de primeira linha no exterior e no Brasil.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

Ainda de acordo com a política, todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de balanço (contas a receber e a pagar). A política define também um percentual de endividamento em taxa flutuante e fixa.

Os contratos de derivativos podem ser designados como hedge de fluxo de caixa ("*Cash Flow Hedge*") ou *hedge* de valor justo ("*Fair Value Hedge*"). Trimestralmente, são realizados testes de eficácia prospectivos e retrospectivos de suas operações.

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*

A Companhia possui área específica e dedicada para, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada, de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos.

a) Exposição a riscos cambiais

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a companhia utiliza: ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues) e Contrato Futuro de Moeda *NDF* ("*Non Deliverable Forward*" Asiáticos e "*Plain Vanilla*").

NDF's Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

NDF's "Plain Vanilla", modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

Tipos de *Hedge* utilizados pela Companhia conforme Política Global

Hedge de balanço a valor justo

As exposições em moeda estrangeira apresentadas na posição de balanço são cobertas por operações de "*hedge*" nos volumes entre 80% a 100%. Esta operações são designadas como *hedge* a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente.

Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de "*hedge*" são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira. Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado financeiro conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Moeda Estrangeira	11.180	(38.426)	15.399	(36.497)

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de "*hedge*" é compensado pelo ganho ou perda cambial - das exposições cobertas.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. A exposição futura desta exposição é coberta mensalmente de acordo com a política, que vincula a cobertura de “*hedge*” ao prazo negociado conforme segue: próximos 6 meses: de 50% a 80% de cobertura, entre 7 a 12 meses: de 50% a 60% de cobertura, e entre 12 a 15 meses: de 10% a 40% de cobertura.

É importante ressaltar que a companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 80% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição “*overhedged*” e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de “*hedge*” no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

Os *ajustes* referentes aos contratos de moeda foram registrados na receita bruta conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Moeda Estrangeira	(23.333)	17.067	(23.935)	15.955

b) Exposição a riscos de “commodities”

A Companhia está exposta à variação de preços de “*commodities*”, principalmente cobre e alumínio, da qual se protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

b) Exposição a riscos de “commodities”--Continuação

A liquidação de Termo de Mercadorias “Asiático” se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela *London Metal Exchange* (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de *commodities* em dólares. *Portanto*, na análise de exposição de moedas os valores de *commodities* são considerados.

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a política adotada *estabelece*: cobertura de “*hedge*” para os próximos três anos, sendo para os próximos 9 meses: de 50% a 80% de cobertura, entre 10 a 12 meses: de 40% a 60% de cobertura, entre 13 a 15 meses: de 20% a 40% de cobertura e, entre 15 a 36 meses: de 0% a 40% de cobertura. Sendo necessária a aprovação da Diretoria.

A Companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 80% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado evitando qualquer posição *overhedged* e especulativa. Os ajustes positivos/(negativos) dos contratos de commodities é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento do ajuste positivo/(negativo) de *hedge* afeta a demonstração de resultado no mesmo momento do item protegido.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

b) Exposição a riscos de “commodities”--Continuação

O objetivo da contratação desses instrumentos é garantir os compromissos com acionistas evitando variações significativas. Os ajustes referentes aos contratos de commodities foram registrados no custo do produto vendido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Commodities	8.175	45.815	8.175	45.815

c) Exposição a taxas de juros

Risco a taxa de juros é o risco a flutuação da taxa de juros de mercado. A exposição da Companhia decorre do financiamento do FINEP, corrigido pela TJLP, e das aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos financeiros de derivativos designados para hedge de taxa de juros.

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia são contabilizados em contas de ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2012, o impacto do *hedge* no balanço esta demonstrado na tabela abaixo:

	Classificação do <i>hedge</i>*	Controladora	
		Valores nominais	
		2012	2011
Commodities	CF	138.680	127.905
Moeda estrangeira	CF / FV	1.501.946	993.450
Total		1.640.626	1.121.355

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Controladora		Valor justo			
	Classificação do hedge*	Hedges ativos		Hedges passivos	
		2012	2011	2012	2011
Commodities	CF	3.065	7.620	(1.952)	(7.068)
Moeda estrangeira	CF / FV	16.697	2.135	(44.115)	(95.417)
Total		19.762	9.755	(46.067)	102.485
Circulante		17.604	9.611	(45.733)	100.020
Não circulante		2.158	144	(334)	(2.465)

Consolidado		Valores nominais	
	Classificação do hedge*	2012	2011
Commodities	CF	138.680	127.905
Moeda estrangeira	CF / FV	1.549.936	1.071.563
Total		1.688.616	1.199.468

Consolidado		Valor justo			
	Classificação do hedge*	Hedges ativo		Hedges passivo	
		2012	2011	2012	2011
Commodities	CF	3.065	7.620	(1.950)	(7.068)
Moeda estrangeira	CF / FV	16.835	2.872	(44.781)	(95.662)
Total		19.900	10.492	(46.731)	(102.730)
Circulante		17.742	10.348	(46.397)	(100.265)
Não circulante		2.158	144	(334)	(2.465)

* CF: "Cash Flow Hedge" – Hedge de fluxo de caixa ou FV: "Fair Value Hedge" – Hedge de valor justo

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado (MTM, *mark-to-market*) destas operações.

A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Reuters no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	2012	2011	2012	2011
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa				
Moeda estrangeira	(1.855)	(18.738)	(23.333)	17.067
Commodities	511	(267)	8.175	45.815
Saldo final	(1.344)	(19.005)	(15.158)	62.882
Saldo final líquido de impostos	(888)	(12.543)		

Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	2012	2011	2012	2011
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa				
Moeda estrangeira	(2.275)	(18.023)	(23.935)	15.955
Commodities	511	(267)	8.175	45.815
Saldo final	(1.764)	(18.290)	(15.760)	61.770
Saldo final líquido de impostos	(1.344)	(11.828)		

As movimentações das operações de “*hedge accounting*” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial líquida dos impostos diferidos entre 2012 e 2011, nos montantes de R\$1.344 e R\$11.828, respectivamente, resultam na variação de R\$10.484, conforme divulgado nas Demonstrações de Mutação do Patrimônio Líquido.

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço

Ativos e passivos apresentados na posição de balanço foram cobertos por operações de “*hedge*”, dos quais o valor justo referente a estas operações foi reconhecido no resultado como receita ou despesa financeira, conforme abaixo:

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço--Continuação

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
	2012	2011
Valor justo de <i>hedges</i>		
Exposição líquida de balanço	1.316.145	941.928
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	11.180	(38.426)

Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
	2012	2011
Valor justo de <i>hedges</i>		
Exposição líquida de balanço	1.345.523	1.009.912
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	15.399	(36.497)

* As operações de commodities são mantidas em dólar. Para conversão utilizamos Ptax VBC de 31/12/2012 (2,0435).

A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

f) Exposição no período

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado no resultado das operações de hedge quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item VI. Análise de Sensibilidade. Para as operações de “*hedge*” cambial da Whirlpool Chile e Whirlpool Peru, que compõem o consolidado, foram convertidas para reais pela Ptax divulgada pelo Banco Central nas datas finais de cada período:

Controladora					Consolidado				
1T13	2T13	3T13	4T13	Total	1T13	2T13	3T13	4T13	Total
(16.842)	(17.885)	(2.846)	9.444	(28.129)	(17.070)	(18.127)	(2.892)	9.433	(28.656)
1T14	2T14	3T14	4T14	Total	1T14	2T14	3T14	4T14	Total
1.652	166	(15)	22	1.825	1.652	166	(15)	22	1.825

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não havia depósitos ou garantias em nome da Companhia para as operações de hedges.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

III. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros. A Companhia está exposta a risco de crédito no seu contas a receber, contas a pagar, financiamentos e caixa. Para mitigar seu risco, a Companhia possui política que estabelece diretriz, metodologia e processo para definir limites de créditos de clientes e fornecedores.

A Companhia classifica suas contrapartes conforme avaliação de “rating” determinado internamente através de metodologia própria, revisada e avaliada por auditoria externa independente, levando em consideração os resultados financeiros e de caixa gerados pela contraparte no último exercício. Para contrapartes bancárias, a Companhia utiliza classificação da agência de “rating” Moody’s, conforme tabela:

Contraparte	“Rating” Global Moody’s
Banco do Brasil	Baa2
Bradesco	Baa2
Citibank	Baa2
HSBC	Baa2
Itaú BBA	Baa2
JP Morgan	Aa3
Santander	Baa2
Deutsche Bank	A2

IV. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

A Administração acompanha os controles de liquidez e fluxo de caixa monitorando a geração operacional da Companhia e mantém linhas de crédito pré-aprovadas com bancos para mitigar o risco de liquidez.

A Companhia considera que os recursos disponíveis, a geração de caixa operacional e as linhas de crédito existentes são suficientes para as necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

V. Gestão do capital social

O objetivo da administração na gestão de capital é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

A Administração pode ajustar o capital da Companhia de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Controladora		
	Alavancagem	
	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	111.544	84.886
Derivativos	26.305	92.730
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(128.780)	(196.459)
Dívida líquida	9.069	(18.843)
Patrimônio líquido	2.029.144	1.715.964
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.038.213	1.697.121

Consolidado		
	Alavancagem	
	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	111.544	84.908
Derivativos	26.831	92.238
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(377.561)	(665.092)
Dívida líquida	(239.186)	(487.946)
Patrimônio líquido	2.131.711	1.811.184
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.892.525	1.323.238

VI. Análise de sensibilidade

De acordo com a deliberação No. 604/09 da CVM, a Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “commodities”

O cenário provável foi calculado baseado no “valor de mercado” que utiliza a curva futura publicada pela Reuters no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Análise de sensibilidade--Continuação

A taxa adotada para o cenário provável do Brasil foi a Ptax divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2012. Para o Chile e Peru, a taxa adotada foi a de fechamento divulgada pela Bloomberg em 31 de dezembro de 2012.

Para o cálculo das operações de Termo de Mercadorias Asiático, foram considerados nos cenários possíveis e remotos à redução no preço de “commodities” de 25% e 50% respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes positivos ou (negativos) das operações de derivativos:

Controladora	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	1.114	(33.668)	(68.450)
Posição passiva				
Hedge de moeda	Alta das moedas	(27.417)	(417.625)	(804.661)

Consolidado	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	1.114	(33.668)	(68.450)
Hedge de moeda	Queda da moeda	(527)	(9.531)	(323.400)
Posição passiva				
Hedge de moeda	Alta das moedas	(27.417)	(417.625)	(804.661)

É importante ressaltar que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção da exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia apresenta alto grau de efetividades em suas operações com derivativos.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Análise de sensibilidade--Continuação

Sensibilidade a taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de taxa de juros de empréstimo e aplicações financeiras, a Companhia considerou TJLP a 5,5% e CDI (Certificado de Depósito Bancário) a 7,25% para o cenário provável com aumento de 25% e 50% nos cenários possível e remoto, respectivamente. O cálculo feito com base no saldo de principal remanescente do empréstimo e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os impactos no resultado poderiam ocorrer conforme tabela abaixo:

Controladora		Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros		6.673	5.004	2.502
Empréstimos	Alta da taxa de juros		(6.116)	(7.645)	(9.174)
Consolidado		Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros		9.031	6.773	3.387
Empréstimos	Alta da taxa de juros		(6.116)	(7.645)	(9.174)

VII. Valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil, porém os ativos e passivos financeiros da Companhia já estão marcados a valor justo, exceto os empréstimos que estão a custo amortizado, cujo o valor justo é próximo ao seu valor contábil.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativos financeiro				
Contas a receber	456.142	407.735	1.111.767	851.047
Derivativos em <i>hedge</i>	19.762	9.755	19.900	10.492
Caixa e equivalentes de caixa	128.780	196.459	377.561	665.092
Total	604.684	613.949	1.509.228	1.526.631
Passivos financeiro				
Fornecedores	1.649.996	1.274.134	2.379.680	1.726.151
Empréstimos	111.544	84.886	111.544	84.908
Derivativos em <i>hedge</i>	46.067	102.485	46.731	102.730
Total	1.807.607	1.461.505	2.357.955	1.913.789

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VII. Valor justo--Continuação

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

A Whirlpool usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tem efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

Os ativos e passivos calculados pelo seu valor justo foram classificados em níveis conforme tabela abaixo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	377.561	-	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	19.900	-
Passivos financeiro			
Empréstimos	-	111.544	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	46.731	-

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Para o cálculo, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e outras obrigações de curto prazo não possuem diferenças significativas entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VII. Valor justo--Continuação

- b) O valor justo de ativos ou passivos financeiros disponíveis para venda é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras, quando houver.

24. Relacionamento com auditores independentes

Atendendo à determinação de divulgação das informações pertinentes ao relacionamento com os auditores independentes, nos termos da Instrução CVM nº 381/03, informamos que:

No exercício de 2012, a Whirlpool S. A. e empresas controladas utilizaram serviços prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. referentes auditoria e revisão tributária que estão em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Todos os serviços prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de auditoria ou não, são, em observância às normas locais e internacionais aplicáveis, devidamente analisados e aprovados, principalmente quanto às questões de independência, pela Administração da Companhia, e adicionalmente pelo Comitê de Auditoria da Whirlpool Corporation, controladora da Companhia.

Nossos auditores efetuam anualmente a confirmação de independência de seus profissionais para assegurar que são independentes da Whirlpool S.A. As solicitações para prestação de serviços de não auditoria são revisadas e aprovadas por equipe de especialistas internos nas questões de independência, bem como pelo sócio local e global da conta da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.. Todas as normas de independência local e internacional são atendidas e cumpridas rigorosamente, além disso é informado a independência, anualmente, aos Administradores da Companhia, bem como ao Comitê de Auditoria, acima mencionado.